



Conselho Superior da Magistratura

EXTRACTO DE DELIBERAÇÃO

Na Sessão Plenária ordinária do C.S.M., realizada em 17.03.2005, foi tomada a deliberação do seguinte teor:

Ponto Prévio n.º 7- procº n.º 05-3/M1

Foi deliberado tomar conhecimento e aprovar o estudo sobre os critérios para autorização de Comissões de Serviço aos Magistrados Judiciais elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Exmº Vice-Presidente e pelos Vogais Dr. António Geraldês, Dr. Luís Máximo dos Santos e Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro, o qual consta do processo acima referenciado e aqui se dá por reproduzido.-----

Consequentemente, e de acordo com a proposta nele feita, foi deliberado aprovar os seguintes critérios para a concessão de autorização para o exercício por magistrados judiciais de funções em regime de comissão de serviço:-----

- 1º) Sempre que estiver em causa a autorização do exercício de funções em comissão de serviço por magistrados judiciais, o CSM ponderará se o cargo em causa, atentos a sua natureza, conteúdo e relevo, é adequado para o seu desempenho por magistrado judicial, tendo em conta as especiais características do estatuto de magistrado.**-----
- 2º) Na apreciação dos casos, deve ser ponderado o interesse público, nas suas diversas dimensões, em especial os interesses ligados à administração da justiça que ao CSM compete preservar e os interesses prosseguidos pelas entidades públicas a que o cargo respeite.**-----
- 3º) Na área da Justiça, poderão ser autorizadas comissões de serviço para cargos cuja importância seja susceptível de ser considerada suficientemente relevante para justificar o desempenho por magistrado judicial.**-----

Poderão considerar-se como tal, designadamente, os lugares de Director da Polícia Judiciária, de Director-Adjunto da Polícia Judiciária, de Chefe de Gabinete do Presidente do STJ, de vogal do Conselho Consultivo da PGR, de Director-Geral da Administração Judiciária, de Director dos Serviços Prisionais, de Secretário-Geral do Ministério da Justiça ou de Presidente do Instituto da Reinserção



Conselho Superior da Magistratura

Social e de chefe de gabinete de membros do Governo no âmbito do Ministério da Justiça.-----

- 4º) *Só em casos excepcionais serão permitidas comissões de serviço de magistrados judiciais em funções não directamente ligadas à área da Justiça.*-----

Quando tal puder ocorrer, sê-lo-á apenas em departamentos que apresentem uma forte conexão com a área da Justiça, como sucede com certos departamentos do Ministério da Administração Interna ou do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Por outro lado, em conformidade com o estabelecido no nº1, terá sempre de ser aferido o relevo objectivo das funções, devendo igualmente relevar-se em que medida a qualidade de magistrado representa ou não uma vantagem para o bom desempenho do cargo.-----

- 5º) *No que concerne a comissões de serviço a prestar em organismos internacionais ou na área da cooperação, designadamente em estruturas da União Europeia, a autorização apenas será de conceder se os cargos forem de significativo relevo e tiverem alguma ligação com a área judiciária.*-----

Contudo, dado tratar-se de um domínio muito particular da representação do Estado, o CSM vincula-se a ter presente nas deliberações sobre estes casos considerações decorrentes da prossecução do interesse nacional.-----

- 6º) *Em princípio, os pedidos de autorização para o exercício em comissão de serviço dos lugares de adjuntos e assessores de membros do Governo não deverão ser autorizados pelo CSM, por se tratar de lugares que, em regra, são susceptíveis de ser cabalmente desempenhados por técnicos superiores e assessores com formação técnico-jurídica. Contudo, razões ponderosas, designadamente por se tratar de funções de adjunto ou assessor de membro do Governo no âmbito do Ministério da Justiça, com específica ligação a aspectos relativos à reforma e ao funcionamento dos tribunais, poderão justificar a concessão da autorização pedida.*-----

- 7º) *Em atenção de se tratar das mais altas figuras do Estado, deverão ser, em princípio, concedidas autorizações para que magistrados judiciais possam integrar, em regime de comissão de serviço, os Gabinetes do*



Conselho Superior da Magistratura

Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República e do Primeiro-Ministro.-----

8º) As comissões de serviço no CEJ, quer para funções docentes quer para acções de formação de magistrados judiciais deverão, em princípio, ser comunicadas antecipadamente ao CSM, de modo a que este possa tomar providências para evitar que os lugares ocupados pelos juízes solicitados para essas comissões fiquem sem qualquer magistrado que possa assegurar as respectivas tarefas.-----

9º) Sempre que possível, os pedidos de concessão de autorização para comissão de serviço devem ser acompanhados do currículo do magistrado em causa.-----

O CSM delibera também revogar todas as suas anteriores deliberações sobre a matéria da fixação de critérios para a concessão de autorizações de comissões de serviço.-----

Mais foi deliberado CIRCULAR pelos senhores Juízes o teor da deliberação supra e publicar todo o estudo no próximo Boletim do CSM.-----

Lisboa, 04 de Abril de 2011

A Técnica Superior,

Sandra Henriques